



APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES LIVRES

PROTECÇÃO E
DESENVOLVIMENTO:
QUESTÕES ÉTICAS

16.09.2016

14.30H



APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

DIA 16.09.2016 | 14.30H

SALA EC 007

TÍTULO	PROCESSO CLÍNICO ELETRÓNICO: A SAÍDA PARA A CONSERVAÇÃO PERMANENTE DA DOCUMENTAÇÃO CLÍNICA
AUTOR	Sephora Marchesini Ferreira Ramos André Dias Pereira
INSTITUIÇÃO	Universidade de Coimbra – Faculdade de Direito ALDIS (Associação Lusófona de Direito da Saúde) FAF, Sociedade de Advogados, RL
RESUMO <p>A gestão da informação clínica vem tomando novos contornos diante do novo paradigma das tecnologias de informação, com a possibilidade de transformar o suporte de papel em suporte eletrónico. Essa mudança de suporte permite a conservação de um maior número de informação em menor espaço físico, assim como permite a guarda permanente. No que refere o tempo de conservação dos documentos clínicos, a legislação em Portugal é esparsa, com referências sobre a conservação em diversos diplomas legais, já no Brasil apesar da ausência legislativa o Conselho Federal de Medicina, posicionando a favor da guarda permanente, que só pode ser alcançada através da mudança do suporte de papel para o suporte eletrónico. E, é aqui, que a defesa pela guarda permanente revela a necessidade da implementação de sistemas informáticos voltados para a saúde, não só capazes de armazenar toda a informação produzida nas instituições de saúde, como a possibilidade de conexão dessas informações a partir dos diferentes sistemas implementados, garantindo a confidencialidade e proteção de toda informação produzida. Sendo esse um grande desafio para as instituições de saúde atualmente, que se veem restringidas diante da resistência de parte dos funcionários, em aceitar a transferência do suporte eletrónico em substituição ao suporte de papel, assim como pelos altos custos financeiro, organizacional e humano necessários para implementar um sistema de informação da saúde.</p>	

TÍTULO	O QUE FAZ UM FILÓSOFO NUMA INSTITUIÇÃO DE SAÚDE?
AUTOR	João Lemos
INSTITUIÇÃO	Centro Hospitalar do Porto
RESUMO <p>Com a convicção de que num encontro de bioética há espaço e tempo para falar de bondade, partir-se-á do exemplo do Centro Hospitalar do Porto, enquanto instituição de saúde na qual um filósofo executa acções de formação ética, para evidenciar aquilo que uma abordagem filosófica da ética - adoptada por um filósofo ou por outro profissional - pode, acrescenta e deve acrescentar à formação ética no âmbito da saúde. Enquanto centrada em valores e princípios e na remissão quer da legislação, quer da imagem, a esses valores e princípios, uma tal abordagem redirecciona a ética para si mesma, inviabilizando, na prática quotidiana, o seu esgotamento seja pelo direito, seja pela gestão, pelas relações públicas ou pelo marketing. Embora de maneira nenhuma recusando a importância destas componentes - e da articulação da formação ética com elas - a referida abordagem destaca a origem da legislação em vigor e da imagem a veicular como resultado de uma hierarquização axiológica em permanente revisão. Ora, é precisamente enquanto reflexão acerca de valores e princípios que a ética se reafirma como singular e irreduzível. É como tal que ela melhor evidencia a sua utilidade - no hospital e no mundo. Hoje e sempre, para lá, ou para cá, de qualquer disposição legal ou exercício publicitário, está em causa a sensibilização de pessoas que, pelas mais variadas razões, se tornaram profissionais de saúde.</p>	



APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

DIA 16.09.2016 | 14.30H

SALA EC 008

TÍTULO	A MEDICINA BASEADA NA NARRATIVA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO
AUTOR	Susana Magalhães
INSTITUIÇÃO	Instituto de Bioética da UUCP Universidade Fernando Pessoa
RESUMO <p>A Medicina Narrativa implica uma mudança de perspetiva, de atitudes e de práticas, que permitem recentrar o cuidado na pessoa que sofre e nos seus cuidadores; integrar as narrativas dos pacientes e dos profissionais de saúde na construção do diagnóstico, na terapia e no diálogo entre os decisores e gestores na área da saúde e as próprias instituições de saúde. Este caminho que se faz caminhando terá necessariamente que passar pela formação dos estudantes de medicina, dos internos de especialidade, dos médicos, enfermeiros, auxiliares e técnicos, dos diretores de serviço, dos gestores hospitalares, e da comunidade em geral. Dado que a unidade do conhecimento é uma utopia a perseguir, pensamos que a medicina narrativa só poderá ganhar rosto nos cuidados de saúde portugueses se for incorporada no registo de saúde eletrónico e se fizer parte da formação de quem cuida, de quem legisla, de quem dirige, de quem delibera e de quem prescreve. A formação que propomos implica sessões de reflexão com profissionais de saúde baseadas na leitura, na interpretação e na escrita reflexiva, a partir de textos literários, biografias, histórias de vida, filmes, parallel charts, narrativas de doentes/familiares e profissionais de saúde. Nestas sessões salientamos o papel da hermenêutica como parte integrante da terapia; destacamos a importância da multidisciplinaridade nos cuidados de saúde; relembramos que o contexto destes cuidados deve ser dialógico. Procuramos ainda integrar a tecnologia, a ciência e as Humanidades, através de uma plataforma que designamos de Nós: narrar, ouvir e saber -- histórias que contagiam.</p>	

TÍTULO	COMO ENSINAR BIOÉTICA?
AUTOR	Edson Umeda Adriana Aparecida De Faria Lima Sonia Maria Soares Rodrigues Pereira
INSTITUIÇÃO	Centro Universitário São Camilo, São Paulo - Brasil
RESUMO <p>Introdução: No Brasil, o ensino de Bioética no ensino superior foi introduzido na área de saúde na década de 1970 (LIMA, 2008). Ainda, não há um modelo didático-pedagógico definido para o ensino de bioética no curso de graduação. Contudo, compreendemos que o ensino de bioética ao longo do período de formação necessita desenvolver todas as capacidades da inteligência moral do estudante, conforme define Puig (2007): Autoconhecimento, Empatia, Julgamento moral, Habilidades dialógicas, Compreensão crítica, Auto-regulação (coerência entre julgamento e ação moral). Assim, pergunta-se "Como ensinar bioética? Objetivo: Identificar quais estratégias de ensino são utilizadas no ensino de bioética durante a graduação. Método: Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica em literatura nacional. Resultados: observou nos estudos brasileiros a utilização das seguintes estratégias: debates, julgamento simulado, estudo clínico com modelo de tomada de decisão ética, simulação, vídeo-debate (cinema), dramatizações, método de discussão de dilemas, método de deliberação moral, vivência de internação hospitalar, portfólio de bioética; ainda, foi apontado a liga acadêmica de bioética. Muito são os métodos de ensino, mas a maioria não apresenta fundamentação consistente quanto ao objeto e objetivo pedagógico de aprendizagem e o processo de avaliação. Somente identificou-se o Método Konstanz de Discussão de Dilemas (KMDD) definido Georg Lind, que aplica o Teste de Competência moral para mensurar se o método de ensino foi eficaz (LIND, 2011,2014). Conclusão: as propostas metodológicas são incipientes não havendo uma correlação entre o objeto, objetivo, método e avaliação.</p>	



APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

DIA 16.09.2016 | 14.30H

SALA AUDITÓRIO CARVALHO GUERRA

TÍTULO	A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO “PESSOA HUMANA” NA FORMAÇÃO ÉTICA
AUTOR	Marcelo Antônio da Silva
INSTITUIÇÃO	Instituto de Filosofia e Ciências Religiosas São Boaventura
RESUMO	<p>Uma das grandes preocupações da Bioética é deixar pontos de referência autênticos que conduzam a pessoa a construir a sua existência pessoal e social sobre um alicerce seguro, sobre o qual sua vida e dignidade sejam asseguradas. Ela tem, portanto, a necessidade de um instrumento que, junto com outras disciplinas, a auxilie a consolidar-se e a colocar a “pessoa humana” no centro de suas reflexões, uma vez, que é, a partir da pessoa humana que nasce todos os princípios e referenciais para a sua atuação. Este instrumento, pode ser representado pelo personalismo, que auxiliará na compreensão do conceito pessoa humana contribuindo e aprimorando os conceitos chaves da bioética, apontando o ser humano que, como pessoa é chamado, através de sua ação, a influenciar e a transformar o mundo que o rodeia. E, é através de bases antropológicas, filosóficas e éticas que a Bioética pode elaborar e aprimorar a sua argumentação, respeitando a visão integral do homem. Apostando na capacidade humana de um conhecimento objetivo, na existência de princípios éticos válidos para toda a humanidade, na liberdade e na responsabilidade e numa dignidade ontológica e axiológica do ser humano é que a Bioética pode apontar caminhos e atitudes do homem sobre o homem, sempre no sentido de amar, respeitar e defender a vida e a dignidade, de modo especial, quando estas se encontram numa situação de vulnerabilidade diante do progresso e da técnica.</p>

TÍTULO	A VIDA QUE SOBREVIVE NUMA SITUAÇÃO QUE NEGA ATÉ MESMO A LIBERDADE DE MORRER
AUTOR	Ricardo Carvalho
INSTITUIÇÃO	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP)
RESUMO	<p>Num tempo em que a exceção tornou-se a regra, refuta-se a ética de Friedrich Nietzsche, a saber, a incondicional aceitação do amor fati pelo indivíduo, a aceitação integral da vida, com suas circunstâncias inerentes ao ser humano, mesmo em seus aspectos mais cruéis e dolorosos. Reitera-se deliberadamente o ressentimento como um resto que permanece no seio do não assimilável. Neste ínterim, deparamo-nos com a politização da morte, na medida em que situações de exceção, vividas nos campos de concentração e nos presídios são transplantadas para fora destas realidades. Giorgio Agamben afirma que esta flutuação da morte de zonas sombrias para contextos teoricamente ordinários, propiciam discrepâncias entre técnica e ética, medicina e direito, preservação da vida e dignidade humana. Permeando por situações vinculatórias ao espaço sagrado, um espaço que coisifica a pessoa, deparamo-nos com questões de profundo teor bioético, as quais trazem à baila as oscilações entre decisão médica e decisão legal. A morte dos pacientes torna-se, deste modo, um epifenômeno da técnica adotada pelo médico, sendo plausível atestar que os corpos de pessoas mantidas em coma induzido entraram, na realidade, em uma zona de indeterminação, onde as palavras “vida” e “morte” haviam perdido seu significado, assemelhando-se ao espaço de exceção, habitado pela vida nua. Logo, as pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, pacientes em fase terminal, podem ser lançadas à condição de Homo Sacer.</p>



APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

DIA 16.09.2016 | 14.30H

SALA EC 112

TÍTULO	INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE TOXICÔMANOS: A (IN)CONVENIÊNCIA DA TUTELA DE BENS JURÍDICOS COLETIVOS EM FACE DA PROTEÇÃO EFETIVA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS
AUTOR	Elda Coelho de Azevedo Bussinger Letícia Vieira da Silva
INSTITUIÇÃO	Faculdade de Direito de Vitória (FDV)
RESUMO <p>O Brasil comporta uma realidade insatisfatória quando o assunto é o trato com toxicômanos que se encontram, especificadamente, em situação de rua nas denominadas “Cracolândias”. Tendo em vista a conjuntura vivenciada, nos propomos a seguinte questão: como as atuais políticas estatais conduzem as práticas de internação compulsória no Brasil no que tange a tutela dos direitos individuais fundamentais dos toxicômanos? Objetivamos, por meio da pesquisa de abordagem qualitativa: analisar a internação compulsória de toxicômanos tendo em vista o discurso difundido de (in) conveniência da tutela de bens jurídicos coletivos, em detrimento da proteção efetiva dos direitos individuais fundamentais dos usuários. Partimos do método dialético, nos propondo a retirar do fenômeno social e jurídico da internação compulsória uma análise amplificada, articulando sujeito e objeto, a partir das categorias de “anormalidade” e “capilarização do poder” dispostas por Michel Foucault, além da categoria de “vulneráveis” que não dispõem dos meios necessários para a promoção de sua saúde, afim de respeitar concretamente o princípio de justiça, caracterizando, a bioética de proteção. Observamos como resultante que a resposta do Estado à questão social das drogas, atualmente, materializa-se na prática das internações compulsórias, a qual possui o condão de determinar uma aparência de recuperação da saúde mas que, de fato, ocasiona a supressão de direitos e garantias individuais constitucionalmente resguardados, sendo necessária a alteração do modelo de terapêutica instaurado a fim de que seja compatível com o programa de recuperação da saúde proposto pelo Sistema Único de Saúde (SUS).</p>	

TÍTULO	A FARMACOGENÓMICA NA PRÁTICA ONCOLÓGICA: UMA PERSPETIVA BIOÉTICA
AUTOR	Sara Seabra dos Reis Ana Sofia Carvalho
INSTITUIÇÃO	Instituto Politécnico do Porto Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa
RESUMO <p>Hoje em dia assiste-se a um intenso debate no que concerne ao acesso aos cuidados de saúde, do qual as políticas de racionamento e de racionalização são já uma constante. No entanto, não nos podemos afastar do princípio de que a saúde é um valor em si mesmo o que nos obriga a pensar as prioridades nos cuidados de saúde refletindo sobre os valores e sobre as questões éticas. Acresce que, se a esta problemática se juntar a questão das doenças oncológicas, onde o sofrimento e a dor são de extrema complexibilidade e a vulnerabilidade de quem é tratado é significativa, a reflexão ética é da maior pertinência. Um exemplo de uma nova estratégia que pode ser utilizada na minimização dos efeitos adversos das terapias é a utilização da farmacogenómica, através da possibilidade de tratamento individualizado utilizando marcadores genéticos para prever a resposta a fármacos ou a partir do desenvolvimento de novas linhas de intervenção terapêutica, direcionadas para as características de genoma. A medicina personalizada, fará certamente parte do futuro, no entanto não podemos deixar de nos questionar sobre o caminho eticamente mais correto. Quais os pilares éticos e morais que não se devem descuidar para que este caminho seja feito na sua plenitude. Neste sentido, o objetivo desta nossa reflexão é o de antecipar a discussão ética sobre a introdução da farmacogenómica na prática oncológica.</p>	



APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

DIA 16.09.2016 | 14.30H

TÍTULO	ACCESO A BLOQUEADORES HORMONAIIS POR MENORES TRANS: AUTONOMÍA FRONTE A CONTROL PARENTAL
AUTOR	Enrique Latorre Ruíz Cristina Palacios Castro Miguel Vieito Villar
INSTITUIÇÃO	Investigador e doutorando en Filosofía Presidenta de ARELAS (Asociación de familias de menores trans) Mestre en Dereito. Comité de Ética Asistencial do Complexo Hospitalario Universitario de Santiago de Compostela
RESUMO	<p>A recente aparición, no sistema legislativo español, das Lei 26/2015 e Lei Orgánica 8/2015, ámbalas dúas de modificación do sistema de protección á infancia e á adolescencia, ven a reforzar e detallar no Dereito positivo o que até ese momento foi, maioritariamente, un principio xurisprudencial: o interese superior do menor. En concreto, a normativa española en materia de consentimento informado de menores de idade vese alterada por canto se esixe, de xeito explícito que sexa o propio menor o protagonista da relación de saúde. Así mesmo, a aplicación da primacía do seu interese superior obriga a unha interpretación restritiva do consentimento por representación. Aplicando o antedito ao caso de menores trans, a nosa tese pasa pola posibilidade dun consentimento autónomo do menor trans no que respecta ás decisións sociosanitarias que lle respecta. Por isto, cremos que o acceso a tratamentos hormonais, sempre en termos de lex artis, non debe pasar necesariamente por un consentimento concorrente dos proxenitores. Por último, a nosa posición defende un consentimento oral, dado que o suposto de feito non se atopa nas excepcións que a normativa española contén para o consentimento escrito. A nosa exposición partirá dunha breve presentación do sistema español de consentimento informado pediátrico para, seguidamente, movernos a unha análise do escenario dos menores trans no que respecta aos servizos socio-sanitarios. Por último, analizaremos conxuntamente os extremos indicados, achegando as nosas conclusións e vías de mellora do sistema actual</p>

SALA EC 132

TÍTULO	UM MODELO DE FORMAÇÃO ÉTICA: DOS FUNDAMENTOS ÀS PRÁTICAS
AUTOR	Maria do Céu Patrão Neves Josélia Mafalda Ribeiro da Fonseca
INSTITUIÇÃO	Universidade dos Açores - Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais Universidade dos Açores - Departamento de Ciências da Educação
RESUMO	<p>No contexto educativo institucional, a formação em ética tem correspondido a uma transmissão de conhecimentos teóricos, de pendor normativo, numa redução da ética a uma deontologia, na qual avulta a dimensão legal da ação no reforço do cumprimento das normas. Urge investir na formação em ética e em éticas aplicadas, tomando por objetivo não só o conhecimento dos conceitos e teorias no seu contexto histórico, mas também o desenvolvimento de uma consciência analítica e crítica, de uma liberdade situada e de uma responsabilidade assumida. Neste contexto, apresentaremos as principais estratégias para a educação de valores, no domínio das ciências da educação – a educação de carácter e o treino de competências, entre as informativo-instrutivas, a clarificação de valores e a discussão de dilemas, entre as de exploração reconstrutiva –, destacando as suas vantagens e desvantagens, respetivamente: a ênfase que as primeiras atribuem à aprendizagem de um quadro ético de referência, para além do endoutrinamento de um conjunto estereotipado de convenções sociais e do treino de competências; a valorização, das segundas, da construção de uma consciência reflexiva sobre os valores, para além da negligência da importância de um quadro ético teórico consubstancializador da tomada de decisão dos indivíduos. Esta sistematização permitir-nos-á esboçar um modelo de formação ética centrado na identificação dos dilemas e nos requisitos</p>



APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

DIA 16.09.2016 | 14.30H

dos processos de deliberação (discussão de situações-problema), no contexto das profissões de saúde, que assegure simultaneamente a fundamentação da decisão e a eticidade da ação.

TÍTULO	SENSIBILIDADE MORAL DOS ENFERMEIROS E A DELIBERAÇÃO ÉTICA COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO ÉTICA
AUTOR	Carlise Rigon Dalla Nora Rafaela Schaefer Margarida M Vieira
INSTITUIÇÃO	Universidade Católica Portuguesa
RESUMO <p>Introdução: A sensibilidade moral permite que os enfermeiros estejam conscientes dos problemas éticos da sua prática e permite a busca de soluções criativas para a resolução desses problemas. Objetivo: Relacionar a sensibilidade moral dos enfermeiros e a deliberação ética como ferramenta de formação ética. Método: Estudo de abordagem qualitativa, por meio de um grupo de discussão com 6 enfermeiros espanhóis de diferentes áreas. A coleta de dados ocorreu em novembro de 2015 em Valência, na Espanha. A amostra foi intencional, após a transcrição os dados foram analisados através da análise de conteúdo. Resultados: A importância da educação ética foi um achado deste estudo. Os participantes enfatizaram a preocupação em como preparar os estudantes - futuros profissionais de enfermagem - para desempenhar uma prática profissional com sensibilidade moral, baseada em valores e princípios éticos. Estudos recentes indicam que a educação ética por meio da deliberação é importante para desenvolver a sensibilidade moral dos estudantes¹. Conclusão: A educação ética através da deliberação aumenta a qualidade do atendimento ao paciente e contribui para a profissionalização da enfermagem. A educação ética precisa promover valores, crenças e orientação ética a fim de promover a capacidade de tomada de decisões éticas autônomas. Ressalta-se a importância da educação e sensibilização ética dos estudantes ainda durante a graduação, para que tenham uma visão ampliada do conceito de sensibilidade moral. A sensibilidade moral é parte integrante do processo de tomada de decisão ética nos serviços e para a prestação de um atendimento de excelência.</p>	

SALA EC 133

TÍTULO	FORMAÇÃO ÉTICA DO PROFISSIONAL DO DIREITO PARA A GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DA CRIANÇA
AUTOR	Julia de Barros Caribé Andréa Santana Leone de Souza Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima
INSTITUIÇÃO	Universidade Católica do Salvador (Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família - CNPq/UCSal) Universidade Federal da Bahia Universidade Católica do Salvador
RESUMO <p>O direito à saúde está garantido no artigo 6º Constituição Federal Brasileira de 1988 como um direito fundamental e social. O Movimento da Reforma Sanitária do Brasil colaborou com a redemocratização do país e propôs um formato de sociedade baseado na inclusão, solidariedade, cidadania e na saúde como direito universal. Compreende-se que saúde significa a busca contínua de meios para evitar, manejar ou superar o adoecimento como condição à realização dos projetos de felicidade dos indivíduos e da coletividade. Quanto à infância, o direito à saúde integra componentes como alimentação, vacinação, acesso ao</p>	



APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

DIA 16.09.2016 | 14.30H

pré-natal, dinâmica familiar acolhedora, saúde mental, direito ao próprio corpo. O pressuposto que orienta a pesquisa é: o ensino jurídico brasileiro, baseado em um paradigma positivista, legalista e dogmático, não promove a formação de profissionais comprometidos com a garantia do direito à saúde da criança. Tem como objetivo discutir o ensino jurídico brasileiro na perspectiva da formação ética do profissional do Direito para a garantia do direito à saúde da criança. A abordagem metodológica é de natureza qualitativa com os procedimentos: revisão de literatura, legislativa e análise documental. O ensino jurídico deve formar indivíduos envolvidos com as demandas humanas numa perspectiva interdisciplinar, para além do modelo mecanicista e disciplinar de educação recebido na graduação. Acredita-se que, ao lidar com a garantia do direito à saúde da criança, o profissional do Direito deve compreender a dimensão de alteridade e ética na socialidade, num senso de responsabilidade para com outrem que significa posicionamento na história, no mundo, na vida.

TÍTULO	CONTRIBUTO DO BIOETHICS CORE CURRICULUM DA UNESCO, PARA A FORMAÇÃO DOS FUTUROS ENFERMEIROS. A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO
AUTOR	Ana Paula dos Santos Jesus Marques França Teresa Cristina Tomé Ribeiro Isabel Maria da Conceição Lopes Ribeiro
INSTITUIÇÃO	ESEP Escola Superior de Enfermagem do Porto
RESUMO	A participação de dois docentes da ESEP no Ethics Teacher Training Course, promovido pela UNESCO, em 2012 na Croácia, realçou a importância de se evidenciar a visão de uma bioética global, através da integração do Bioethics Core Curriculum proposto pela UNESCO, nas unidades curriculares da licenciatura, pós-graduações e mestrados da ESEP. Tendo por finalidade proceder à integração do referido curriculum, no programa da Unidade Curricular de “Bioética e Ética em Enfermagem” do curso de licenciatura em enfermagem, desenvolveu-se um projeto de intervenção com as seguintes fases: Na primeira fase foram analisadas as semelhanças e diferenças entre os dois currículos, tanto no que se refere aos conteúdos, como relativamente às estratégias e parâmetros de avaliação; na segunda fase planeou-se um desenvolvimento curricular em que foram integradas as alterações consideradas necessárias na primeira fase; na terceira fase procedeu-se à implementação e avaliação do novo desenvolvimento curricular. A integração que nos propusemos levar a cabo foi facilmente operacionalizada, dado existirem grandes semelhanças entre os dois currículos, quer ao nível dos conteúdos quer da carga horária. Foi identificada a necessidade de introduzir alguns conteúdos específicos, como por exemplo a Declaração Universal sobre a Bioética e os Direitos Humanos, como eixo estruturante da análise ética, bem como de integrar novas estratégias pedagógicas motivadoras, tendo por base os documentos de apoio desenvolvidos pela UNESCO. As novas estratégias foram integradas essencialmente nas aulas teórico-práticas e de orientação tutorial, tendo sido consideradas adequadas por professores e estudantes.

SALA EC 134

TÍTULO	REFLEXÃO SOBRE METODOLOGIAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO EM BIOÉTICA
AUTOR	Isabel Maria de Sousa Lourenço
INSTITUIÇÃO	Instituto Politécnico de Castelo Branco / Escola Superior de Saúde Drº Lopes Dias
RESUMO	Sendo a Bioética, uma área relativamente jovem, do conhecimento científico, na minha perspectiva e de acordo com a minha experiência profissional como docente, responsável pelas Unidades Curriculares de Bioética nos Cursos de Saúde no Instituto ao qual pertença. E, também como Profissional de Saúde, preocupa-me, e sendo a minha questão de investigação, “Qual a melhor metodologia de ensino e avaliação desta Unidade Curricular?” Inquieta-me as divergências quer no Ensino, quer na Avaliação e até mesmo na própria formação dos docentes que leccionam a Unidade Curricular. Procuro encontrar algumas



APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES

IX ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA

DIA 16.09.2016 | 14.30H

diretivas para as metodologias de ensino em Bioética, de modo a que os jovens e futuros Profissionais de Saúde mudem as suas atitudes e tenham um maior respeito pela dignidade da pessoa doente, uma maior capacidade de reflexão, para uma adequada tomada de decisão na prática diária dos cuidados de saúde, enaltecendo o Ser Humano na sua dignidade de Pessoa.

TÍTULO	METODOLOGIA DE ENSINO EM BIOÉTICA PARA PROFESSORES NO BRASIL
AUTOR	Vera Lucia Bahl Nilza Maria Diniz
INSTITUIÇÃO	Universidade Estadual de Londrina-UEL, Londrina - Parana, Brasil
RESUMO	<p>No Brasil a disciplina de bioética no ensino médio, ou seja para estudantes entre 15 a 17 anos de idade, se constitui em desafio do ensino atual, visto não existirem livros didáticos com conteúdos próprios desta área. Neste sentido a proposta de abordagens metodológicas tem sido uma alternativa para a prática de ensino da bioética, visto que o conteúdo esta entremeada de significados e vínculos com religião, ética e temas familiares. Assim, identifica-se a necessidade de nos Cursos de Formação Continuada (FC) de Professores, atividades de ensino apropriados a faixa etária dos estudantes, que possam auxiliar a prática de ensino, assim optamos pelo júri simulado como uma metodologia adequada ao ensino em bioética para professores de biologia em FC, uma vez que esta, possibilita aos alunos exporem suas opiniões e defende-las, além de instigar o senso crítico a participação e a reflexão. O objetivo deste trabalho foi apresentar a dinâmica de júri simulador a professores de biologia de curso de formação continuada. Inicialmente foi fornecido textos para leitura e reflexão aos 20 professores participantes do programa de capacitação do Estado do Paraná contendo uma questão moral. É a simulação de um júri a partir de um tema polêmico, no qual a turma divide-se em dois grupos, a defesa e a acusação. Os resultados apontaram a dificuldade de participação na atividade para a transposição futura para as suas atividades de ensino, visto o distanciamento das aulas expositivas tradicionalmente adotadas nas escolas. Um ano após este treinamento foi feito um questionário para avaliar quantos dos professores haviam aplicado o método em suas aulas.</p>